

Para se conseguir a sabedoria nada há de tão útil e de maior necessidade que uma Biblioteca Pública

Henrique Barreto Nunes
Biblioteca Pública de Braga
(Universidade do Minho)
Largo do Paço – Braga
hbnunes@bpb.uminho.pt

Nos dias de hoje, em plena sociedade da informação e do conhecimento, as sábias palavras de Frei Manuel do Cenáculo terão ainda alguma razão de ser?

Dito de outra maneira: o património escrito e gráfico que as nossas grandes bibliotecas públicas ciosamente conservam será útil para atingir a sabedoria, quando a busca de informação parecer-se tornado o objectivo prioritário a alcançar pela imensa maioria dos que as frequentam, presencial ou cada vez mais virtualmente?

Os fundos patrimoniais das nossas mais importantes bibliotecas (a Nacional, as do Porto, Évora, Braga e Lisboa e ainda a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra) são constituídos pelos mais variados tipos de documentos: livros, publicações periódicas e impressos diversos, manuscritos, gravuras e estampas, plantas e mapas, fotografias e cartazes, partituras musicais, espólios literários, mas também moedas e medalhas, porventura globos terrestres, pinturas e alguns objectos insólitos.

Foi segundo este modelo clássico de biblioteca que Cenáculo concebeu a instituição evorense, a primeira biblioteca pública a surgir no país, criada em 1805, poucos anos após a fundação da Real Biblioteca Pública da Corte, em Lisboa (1796).

Os estatutos com que Cenáculo a formalizou revelam que aquele erudito arcebispo procurou dotá-la com uma *colecção de livros, a mais copiosa*, esperando que a ela *concorrerão os que desejam instruir-se* pois nessa biblioteca encontrarão *livros novos, manuscritos os quais não podem ser possuídos por particulares*.

Segundo o espírito da época, ainda dominado pelos ideais iluministas, Cenáculo igualmente enriqueceu a biblioteca, *para aproveitamento e instrução dos fieis*, com *pinturas insignes, raridades históricas, artificiais e naturais que muito ajudam a instrução* e ainda uma *rica colecção de medalhas de todos os metais*.

Previdente, o arcebispo, além de ter instalado a biblioteca num espaço adequado, também acautelou um orçamento para a sua conservação e pagamento dos funcionários, cuja existência mereceu a sua atenção.

A organização da biblioteca não ficou esquecida nos estatutos, que contemplam a necessidade de catálogos de livros e manuscritos; as instruções relativas ao seu funcionamento sempre que *estiver aberta para o serviço do público*, o que implicava o estabelecimento de um horário e exigências sobre o comportamento dos funcionários (*o agrado, o bom acolhimento e franqueza para todos os que buscam as ciências*, tornando *fácil e agradável a sua frequência*); enfim a obrigação de apresentar relatórios de actividades.

Passados 200 anos estes estatutos revelam toda a modernidade do pensamento do seu instituidor, mas aqueles que sucederam a Cenáculo na direcção da Biblioteca depressa se aperceberam das dificuldades em torná-la atractiva para os evorenses, pese o constante enriquecimento e valorização das suas colecções com preciosos legados, doações e compras de livros e manuscritos, não esquecendo a incorporação das livrarias dos conventos extintos em 1834.

No elucidativo relatório de J.H. Cunha Rivara de 1845, a primeira necessidade da casa que ele aponta é a de preencher a lacuna que havia de livros, desde a sua fundação: *uma livraria assim falha, como esta, de obras modernas deixa de ser frequentada*.

Em 1865 Augusto Filipe Simões, num bem informado relatório, depois de encarecer o enorme valor e raridade das colecções, lamenta-se igualmente da *falta de livros modernos*, embora refira

que efectuou algumas compras *guiado pelo gosto dos leitores que frequentam a sala de leitura e pelos seus pedidos*, grande parte dos quais formulados pelos professores e alunos do liceu.

Tal situação decorria da ausência de uma dotação orçamental que permitisse preencher aquela lacuna, referida constantemente pelos directores da B.P.E. e sublinhada por Gabriel Pereira em 1886, o qual, depois de afirmar que embora a biblioteca evorense no 1º quartel do século fosse uma das primeiras da Península, *naquela data estava muito longe do que deve ser uma biblioteca pública regular numa povoação culta*, já que *em livros modernos está pobre a biblioteca e a população carece muito deles*.

Seis anos mais tarde, um relatório do Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, Tomás Lino da Assunção, volta a pôr o dedo na ferida, realçando a insignificante dotação anual de uma biblioteca que é um monumento que honra a cidade, mas que necessita que *se vá enriquecendo com obras modernas*.

Em idênticas circunstâncias vivia Braga e certamente a maior parte das bibliotecas criadas na sequência de uma circular do governo de 1836, que apresentava medidas para a sua fundação nas capitais de distrito, com os livros provenientes dos conventos extintos, eles próprios servindo como sua sede.

A Biblioteca Pública de Braga foi instituída por carta de lei de D^a Maria II (13 Julho 1841) que ordenava o seu imediato estabelecimento e conservação no edifício do antigo convento dos Congregados e autorizava a Câmara Municipal a suportar as necessárias despesas com material e pessoal.

O fundo inicial da Biblioteca Pública de Braga foi constituído por cerca de 20000 volumes provenientes das retheadíssimas livrarias dos conventos de Braga e do seu distrito.

Foram muitas as vicissitudes que a BPB suportou até à proclamação da República, de que Alberto Feio, seu director entre 1918 e 1954, nos deixou um bem documentado relato, embora não cite parte das fontes (certamente relatórios e correspondência) em que se baseou para o elaborar.

Sabemos apenas que em 1910 a sua situação era absolutamente caótica, tendo inclusivamente sido desfalcada de centenas de livros que funcionários pouco escrupulosos deixavam destruir, ofereciam ou chegavam mesmo a vender para proveito pessoal.

Do mesmo modo que sucedia em Évora, a actualização dos seus fundos bibliográficos devia ter sido insignificante, proporcionando aos seus frequentadores apenas a consulta dos velhos livros provenientes das livrarias das ordens religiosas, sem duvida valiosas, mas desfasados das necessidades das populações que deviam servir.

Este estado de coisas era certamente comum às escassas bibliotecas públicas existentes no país, com provável excepção da do Porto.

E se não podemos ignorar que a taxa da analfabetismo, nos finais do séc. XIX, rondava ainda 80% da população, o que é certo é que numa fase de grande efervescência social e política o comum cidadão que pretendia pôr-se a par dos assuntos do reino ou ocupar os seus tempos livres com a leitura de romances ou obras de divulgação, dispunha de poucos serviços públicos gratuitos capazes de satisfazer as suas necessidades.

As bibliotecas populares, criadas pelo Ministro da Instrução D. António da Costa em 1870, projecto pioneiro e ambicioso que poderia ter produzido um efeito duradouro num país de limitados horizontes educativos e culturais, não lograram cobrir o território, por evidentes carências de recursos financeiros e humanos e por falta de empenhamento político, nomeadamente das câmaras municipais.

Até ao dealbar do séc. XX temos notícia da existência de diversas instituições culturais e recreativas que procuraram dar resposta às necessidades de alguma burguesia mais esclarecida (comerciantes, funcionários públicos, senhoras interessadas na leitura de romances que Eça tão bem retratou) através da criação de Gabinetes de Leitura.

Praticando a leitura de presença ou permitindo o empréstimo domiciliário, estes gabinetes, mediante o pagamento de uma quota mensal, substituíram os serviços inexistentes, possibilitaram a informação, através do acesso a jornais e revistas (algumas estrangeiras) que assinavam e constituíam colecções actualizadas de romances, ensaios e obras de divulgação que

satisfaziam os gostos e interesses literários dos seus membros e respondiam à urgente necessidade de aprofundamento dos seus conhecimentos.

Noutros casos eram as associações populares, imbuídas pelos nobres ideais republicanos, que se esforçavam por alfabetizar os operários, os caixeiros, etc., proporcionando-lhes o acesso à leitura e à informação, veículos importantes para a sua consciencialização como classe.

A República apercebeu-se do problema grave que o país atravessava. Apostou no ensino, para combater o analfabetismo, e na criação de bibliotecas, através das quais se pretendia que não só se conservassem os livros, mas que estes fosse úteis, já que deviam servir para ensinar, informar e distrair, criando hábitos de leitura e pondo o cidadão ao corrente dos negócios públicos (1911).

Mais uma vez estes generosos e tão actuais objectivos, como aliás já tinha sucedido em 1870, não foram atingidos, mercê das dificuldades e problemas que o país viveu, culminados com a instauração da Ditadura Militar (1926) e o cercear das liberdades individuais através, p. ex., do recurso à censura e outras medidas repressivas de que a cultura e a informação foram vítimas.

Durante o Estado Novo (1926/1974), apesar do reconhecimento da deficiente situação das bibliotecas públicas e de algumas medidas tomadas para o combate ao analfabetismo e para o fomento da leitura, este problema nunca foi considerado prioritário, sendo prestada alguma atenção às bibliotecas com colecções patrimoniais importantes. Foi o caso de Braga, cuja Biblioteca Pública ficou instalada a partir de Dezembro de 1934 num magnífico palácio barroco setecentista (antigo paço dos seus arcebispos), restaurado e propositadamente adaptado para acolher, bem como ao Arquivo Distrital bracarense.

Nas bibliotecas públicas ou municipais raramente se verificou um esforço concertado e consistente para a sua modernização, para a criação de quadros de pessoal com formação adequada (que quase não existia), para a sua dotação financeira que lhes permitisse uma existência digna e a actualização regular dos seus fundos bibliográficos.

É certo que alguma legislação salazarista, logo em 1931, aparentemente revelou uma atenção preocupada com o estado das bibliotecas (e arquivos) portuguesas, já que o longo preâmbulo do dec. n.º 19952 analisa com algum cuidado e realismo a situação existente, focando o atraso destas instituições.

Mas aí era acentuado que naquela reforma dois objectivos superavam todos os outros: *garantir a conservação dos manuscritos e impressos dos nossos arquivos e bibliotecas e valorizar os seus recheios pelo inventário e catalogação das espécies.*

São evidentes as preocupações relativas ao património documental expressas neste diploma, que classifica como gerais as bibliotecas públicas de Évora e Braga, anteriormente denominadas eruditas, aquelas que são objecto principal da minha atenção.

Embora nele se reconheça que no *nosso país as dotações das nossas bibliotecas para aquisições são pequeníssimas*, o paliativo encontrado para suprir tão decisiva lacuna para a afirmação da biblioteca pública como um equipamento essencial na vida de uma comunidade foi a extensão do Depósito Legal a essas (e outras) instituições com características muito semelhantes.

Esta situação de dependência total das obras entradas através do Depósito Legal, com algumas ligeiras cambiantes, manteve-se até à actualidade, chegando o decreto-lei 74/82, que reviu a legislação existente e aumentou o número das instituições beneficiárias, a considerar que é seu objectivo *o enriquecimento de bibliotecas dos principais centros culturais do país.*

E se na verdade estas bibliotecas reúnem, em princípio todas as obras impressas em Portugal, nunca puderam (ou quiseram?) definir uma política coerente e sustentada de actualização, valorização ou mesmo de eliminação das suas colecções, pois não dispunham de dotações orçamentais que tal permitissem.

Cumprindo minimamente a sua função social e cultural e protagonizando uma presença apreciável nos meios eruditos, as bibliotecas públicas fundadas no século XIX (as de Évora, Braga, Porto, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, para além da Nacional), a que se juntaram algumas municipais entretanto criadas (os casos de Lisboa, Coimbra, Leiria, Faro, Elvas, Santarém e Cascais serão os mais dignos de referência), conseguiram sobreviver com dignidade e às vezes alguma resistência à longa noite de pedra do regime de Salazar/Caetano (1926/1974).

Porém, as referidas bibliotecas públicas, se conseguiram assegurar os serviços mais tradicionais e característicos de equipamentos com tal cunho, fizeram-no porque às suas colecções de livro antigo, aos legados e doações que entretanto foram recebendo, se juntou a partir de 1931 o valor acrescentado do Depósito Legal. Este benefício permitiu que os seus fundos bibliográficos se

fossem regularmente actualizando e a população dessas cidades tivesse acesso, com as necessárias cautelas, à edição portuguesa, mas motivou igualmente um acomodamento a essa circunstância, que se reflectiu em especial no facto de que as verbas para aquisições de que dispunham fossem sempre diminutas.

A criação da Rede Nacional de Leitura Pública em 1987 e o seu posterior e conseguido desenvolvimento provocou uma revolução tranquila, talvez por vezes demasiado silenciosa em termos de opinião pública, no panorama das bibliotecas públicas portuguesas, que se traduz na realidade que hoje orgulhosamente podemos ostentar: 142 bibliotecas inauguradas e em pleno funcionamento, 116 em construção, quase 90% dos municípios portugueses já beneficiando ou prestes a beneficiar deste equipamento imprescindível para o livre acesso à informação, para o apoio à educação não formal e ao longo da vida, para a ocupação dos tempos livres, para a construção do conhecimento, para a consolidação da cidadania, para o combate às exclusões.

Com o lançamento do projecto Bibliopolis em 1988 o então denominado Instituto Português do Livro e da Leitura criou a possibilidade do alargamento da RNLP aos grandes centros urbanos onde existiam as importantes e históricas bibliotecas públicas que já referimos, detentoras de ricos e apreciáveis acervos documentais constituídos por fundo antigo, doações, legados e espólios literários ou através do Depósito Legal, instaladas em belos edifícios classificados mas dificilmente adaptáveis às realidades do nosso tempo e às novas exigências desses serviços.

Era o caso de Lisboa, Porto, Braga, Coimbra e Évora, onde existiam bibliotecas com as referidas características, funcionando com evidentes carências e desadaptação às necessidades e exigências de um país democrático.

A intervenção naquelas bibliotecas, cada uma delas vivendo uma situação muito específica e particular, não obedecendo a critérios claramente definidos, tem sido feita de um modo extremamente lento, na maior parte dos casos por responsabilidade dos municípios.

Integrada naquele programa, em 2001 foi inaugurada a Biblioteca Almeida Garrett, no Porto, cuja autarquia apostou na construção de um edifício de raiz, totalmente vocacionado para a Leitura Pública, funcionando com completa independência da prestigiada Biblioteca Pública Municipal da

cidade, mas dotado com os meios humanos e financeiros necessários à sua actividade, em consonância com os princípios proclamados pelo Manifesto da Unesco.

Nos finais de 2004, concluindo um longo e conturbado processo, abriu ao público em Braga a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, tutelada pela Câmara Municipal e pela Universidade do Minho.

De acordo com o contrato-programa assinado em 1991 entre o Instituto Português do Livro e da Leitura, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho, aquele instrumento jurídico visava aplicar o Projecto Bibliopolis ao concelho bracarense, considerando que tal só seria *viável em articulação com a Biblioteca Pública de Braga, tutelada pelo 3º outorgante*.

O referido projecto, na sua execução, implica uma clara definição do papel da Biblioteca Pública de Braga, conciliando as características actuais de biblioteca erudita e de conservação com o seu redimensionamento como biblioteca de leitura pública, através da criação de zonas de livre acesso e de audiovisuais, a prática do empréstimo domiciliário, o aumento da capacidade dos depósitos, a informatização e a criação de novos serviços.

O projecto implica ainda a criação de uma rede concelhia de bibliotecas, cuja responsabilidade principal é da competência do município. (art. 3)

A nova biblioteca estava prevista como um pólo da BPB mas, depois de um complexo e moroso processo, os propósitos enunciados no referido contrato programa foram desvirtuados, já que de acordo com os seus estatutos, publicados em Agosto de 2004, o novo equipamento, criado pelo município bracarense e pela universidade minhota, sendo efectivamente *uma unidade vocacionada para o serviço de leitura pública... goza de autonomia administrativa e financeira*.

Com efeito, os aludidos estatutos não contemplam qualquer ligação institucional ou sequer uma articulação devidamente expressa com o serviço que lhe esteve na origem, embora os seus fundos bibliográficos sejam quase integralmente constituído pelas monografias entradas através do Depósito Legal a partir de 1976 na velha biblioteca pública bracarense. Estranhamente o efectivo proprietário dessas colecções não se encontra identificado no documento em apreço.

Quanto a Évora, cujo processo também tem sido de extrema complexidade e delicadeza, viu ser assinado, há pouco mais de um ano, um protocolo entre o IPLB, os Arquivos Nacionais/Torre do

Tombo de quem depende a BPE, e a respectiva Câmara Municipal que prevê a construção de um edifício que albergará duas bibliotecas (a pública e a municipal) com alguns espaços comuns, embora tuteladas por organismos diferentes (Ministério da Cultura e autarquia).

A Biblioteca Municipal a criar responderá necessariamente às exigências programáticas da RNBP, em todos os seus aspectos.

Em relação à bicentenária Biblioteca Pública de Évora, prevê-se que esta mantenha os seus fundos bibliográficos e documentais mais antigos e valiosos, enquanto a actualização das suas colecções continuará dependente dos mecanismos próprios do Depósito Legal.

Esta circunstância, tal como se verifica relativamente a Braga, denuncia preocupantes sinais de fragilidade pois, como é sabido, há muito que os editores reclamam uma alteração radical da lei do Depósito Legal, que o Ministério da Cultura até agora parece não rejeitar, de acordo com a qual diminuirá drasticamente o número das bibliotecas contempladas.

Se o projecto de lei do Depósito Legal que está em discussão desde 2002 for aprovado, que sucederá à Biblioteca Pública de Évora relativamente à actualização e renovação das colecções, dado que a tutela (o Ministério da Cultura) ao que parece não tem evidenciado grande vontade, em termos orçamentais, em apostar nesse objectivo essencial para o eficaz funcionamento das bibliotecas?

Acontecer-lhe-á o mesmo que à Biblioteca Pública de Braga, já desfalcada de cerca de 200 mil monografias do Depósito Legal (embora por diferentes mas estimáveis razões) e cuja instituição da qual depende, a Universidade do Minho, também não revela grande preocupação (ou vocação, já que a sua missão é outra) nem disponibiliza meios para renovar, actualizar ou enriquecer as colecções daquela unidade cultural?

Que fazer? Como será possível contrariar este preocupante e previsível panorama, se estas bibliotecas ficarem reduzidas apenas aos ricos acervos bibliográficos e documentais que tão preocupadamente procuram conservar?

É este o decisivo desafio que se coloca a estas duas centenárias bibliotecas públicas no dealbar do terceiro milénio, dado que a partir de agora poderão ficar condenadas a uma inevitável fossilização.

Para que estas antigas e prestigiadas instituições culturais possam conciliar a sua função patrimonial e de memória com algumas das missões que o Manifesto da Unesco preconiza, terão que apostar decididamente na concretização de diversas medidas inadiáveis:

1. Reabilitação dos edifícios e equipamentos.

Estas bibliotecas encontram-se instaladas em edifícios adaptados para o efeito, há já longos anos (Braga em 1934, Évora desde 1805), cuja conservação nem sempre tem merecido os cuidados imprescindíveis e as intervenções necessárias ao seu correcto funcionamento.

Não será fácil fazer obras em imóveis classificados, com alguns problemas estruturais e quase totalmente inadaptados às condições essenciais para o acondicionamento e a conservação das colecções que encerram.

É certo que dispõem de alguns (poucos) equipamentos aconselháveis para o efeito (detectores de incêndio, desumidificadores, extintores) mas que dificilmente se revelarão suficientes em caso de catástrofe.

As condições de controlo ambiental não estão minimamente contempladas, sucedendo que alguns espaços dos depósitos não servem para tal função.

A estantaria em grande parte dos casos não é a aconselhável.

As circulações (dos utilizadores e mesmo dos funcionários) são pouco racionais e, dadas as características dos edifícios, dificilmente permitirão a adaptação a novos serviços, como é caso do livre acesso às colecções (ou, pelo menos, a parte delas).

E já nem sequer falamos do problema do espaço disponível para a arrumação criteriosa e gestão das colecções, tão reduzido, ou mesmo inexistente ele se apresenta

É pois necessária uma reflexão de fundo sobre os edifícios em que se encontram instaladas estas bibliotecas, não sendo de desdenhar a aplicação de soluções drásticas, embora tal possa pôr em causa a função identitária, o simbolismo desses imóveis na memória das cidades.

Évora poderá ultrapassar esta situação, se o protocolo recentemente assinado se concretizar, mas para Braga não se prevê para já qualquer solução. A Universidade do Minho, que salvou aquela biblioteca da ruína, sem o apoio do Ministério da Cultura dificilmente poderá vencer esse desafio.

2. Preservação e conservação das colecções.

Do que foi dito no primeiro ponto facilmente se conclui que as condições em que se encontram as colecções patrimoniais (e mesmo as outras) destas bibliotecas apresentam aspectos extremamente preocupantes.

À natural degradação das espécies, decorrente da sua própria história e uso, acrescem os danos provocados pelas deficientes condições ambientais e de acondicionamento em que encontram.

A limpeza e higienização das colecções nem sempre é a aconselhável, o que se reflecte na propagação de bibliófagos e outras pragas, por vezes imprevisível e incontrolável, acentuando a deterioração ou mesmo a destruição de inúmeras espécies documentais.

Maria Luísa Cabral calcula, em relação à Biblioteca Nacional, que *um quarto das colecções está num estágio tal de deterioração que dificilmente poderá ser recuperado*, acrescentando que *esta é uma estimativa que se tira por aproximação ao que acontece em bibliotecas semelhantes por esse mundo fora*.

Se quisermos comparar este cálculo com os que poderemos fazer em relação às bibliotecas portuguesas com fundos patrimoniais, esta estimativa só poderá pecar por defeito.

A definição de uma política de conservação preventiva, incluindo as encadernações e a transferência de suportes é inadiável, mas para mim este é um problema nacional, já que a formação de técnicos nestas áreas é praticamente inexistente, os especialistas não abundam, as oficinas da especialidade com créditos firmados são raras, o Instituto Português de Conservação e

Restauro, que também deveria zelar pelo património bibliográfico do país, não se preocupa com o papel, a sensibilização dos responsáveis (e mesmo dos bibliotecários) é quase nula e os meios financeiros escasseiam para levar à prática intervenções de fundo e aplicação de estratégias duradouras.

Neste domínio, contudo, é da mais elementar justiça realçar o trabalho desenvolvido pela Biblioteca Nacional, sendo pena que não possa ser realizado por outras instituições com idênticos problemas.

3. Desenvolvimento e valorização das colecções.

Difícilmente estas bibliotecas conseguirão enriquecer e desenvolver as suas colecções patrimoniais.

O mercado do livro antigo (alfarrabistas, leilões, etc.) é-lhes praticamente inacessível, as doações e os legados são cada vez mais raros e o mecenato em Portugal, neste domínio, não produz efeitos muito visíveis, exigindo esforços e capacidade de diálogo e sensibilização que só estão ao alcance de raros.

Por vezes a doação de espólios de escritores ou eruditos locais encerra algumas surpresas agradáveis, mas normalmente valem sobretudo pelos manuscritos e arquivos literários que integram.

Estes constituem uma outra modalidade de património escrito que não pode ser desprezado e que, pelas potencialidades de investigação que abrem, muito podem valorizar as bibliotecas que os recebem.

A obtenção desses espólios, que exige uma clara definição das condições da sua aceitação, reflecte-se muitas vezes no enriquecimento do Fundo Local, e pode igualmente constituir uma mais valia apreciável para as bibliotecas em apreço.

Na maior parte dos casos só nestas bibliotecas se encontram, p. ex., colecções consistentes dos periódicos locais, o que nos conduz de novo ao problema da conservação.

Sabemos que os jornais, pela fraca qualidade do seu papel e das tintas utilizadas, são das espécies que mais facilmente se deterioram e irremediavelmente se perdem.

E sabemos igualmente que é muito difícil encontrar, mesmos nas maiores bibliotecas (Nacional, BPM Porto) colecções completas de periódicos do séc. XIX ou da 1ª República. Será necessário um esforço concertado entre essas bibliotecas, as municipais e mesmo algumas universitárias e associativas para reconstituir tais colecções, tendo como objectivo a sua microfilmagem ou digitalização integral.

Torna-se por isso fundamental que, a nível nacional, se defina um programa que permita alcançar tal objectivo e que as bibliotecas patrimoniais, de quem se exige uma contribuição importante, sem preconceitos bairristas, para a sua prossecução, possam beneficiar, sem grandes custos, do produto final alcançado.

Acresce que a mais importante bibliografia local e regional, sobretudo a mais antiga, invulgar ou rara, só nestas bibliotecas se pode encontrar – o que não deve constituir pretexto para que as bibliotecas municipais deixem de apostar na constituição de fundos com tais características.

Por outro lado, para a valorização das colecções, é necessário apostar seriamente na catalogação rigorosa e na indexação e/ou classificação dos documentos que as constituem.

Prevalecem ainda nestas bibliotecas, como é natural, os catálogos manuais com as tradicionais fichas bibliográficas dactilografadas ou mesmo, em muitos casos, manuscritas.

Mesmo assim, a sua existência não significa que se conheça a totalidade dos títulos que essas bibliotecas conservam (ou em muitos casos escondem).

Dada a enorme quantidade de espécimes de livro antigo existentes nestas instituições poderia pensar-se, numa primeira fase, na digitalização desses catálogos. Mas tal operação afigura-se-nos demasiado dispendiosa, quer para a actual situação que se vive no país, quer para a capacidade (o interesse?) de investimento nessa operação dos organismos que as tutelam.

Será então necessário apostar-se na conversão retrospectiva dos catálogos e na sua informatização e disponibilização em formato electrónico, recorrendo-se sempre que tal seja

possível à importação dos registos bibliográficos da Biblioteca Nacional e ao confronto com os catálogos de outras bibliotecas cuja autoridade e rigor nesta matéria sejam reconhecidos (no caso do livro antigo, Paris, Madrid, a British Library, p. ex).

Só assim se poderá completar o eternamente adiado inventário do património bibliográfico português, que já nos proporcionou a edição do catálogo dos incunábulos, no que diz respeito ao livro impresso, e possibilitar a sua divulgação e acessibilidade junto de todos quantos desconhecem a riqueza patrimonial das nossas bibliotecas.

4. Aumento dos serviços prestados e diversificação dos públicos.

Este ponto surge como uma consequência natural do que foi abordado no ponto anterior.

A informatização dos catálogos, a sua difusão e acessibilidade através dos novos suportes da comunicação e a digitalização de obras fundamentais poderão reflectir-se na atracção e na conquista de novos públicos, bem como na fidelização dos que regularmente recorrem a estas instituições da memória (leitores habituais, a comunidade académica, investigadores e bibliófilos).

Revela-se crucial a afirmação do papel de referência que estas bibliotecas podem desempenhar num âmbito regional ou mesmo nacional, a produção de recursos electrónicos (conteúdos) nos vários domínios em que são ricas, o testemunho claro da importância das suas colecções na área das Humanidades (apesar da crise evidente em que este ramo do saber vive) e no apoio que podem prestar nos estudos sobre a história do livro, da cultura e das mentalidades, que são aspectos que devem ser valorizados e estimulados.

Por outro lado é necessário dar vida às colecções que estas bibliotecas públicas souberam reunir.

Às colecções patrimoniais está naturalmente associado, como vimos, a ideia da sua conservação e transmissão ao futuro, mas estes acervos terão forçosamente que ser dados a conhecer no tempo em que vivemos, às comunidades que servem.

As actividades que na sua órbita podem ser desenvolvidas devem incidir tanto no desenvolvimento das práticas culturais das populações como no impulso que transmitem à investigação e, portanto, ao conhecimento.

Como escreveu Yves Peiré, *dar sentido e vida às colecções não decorre apenas da sua simples apresentação, mas do valor acrescentado ao seu próprio valor.*

Importa pois valorizar e tornar mais próximos das pessoas os fundos patrimoniais, com o intuito de envolver uma maior parcela da população, sem deixar fugir o público tradicional das manifestações culturais que as bibliotecas promovem.

Convém igualmente nunca esquecer que a biblioteca terá sempre que ser encarada como um espaço físico especial, um lugar de encontros e convívio, pelo que, para além da sua apropriação pelos diversos membros da comunidade, a realização de exposições, manifestações orais (conferências, colóquios, debates, visitas guiadas ou a presença de autores) e outras modalidades de acção cultural terá que merecer uma atenção acrescida.

As exposições, apresentação encenada de documentos, permitem realçar e tornar visível a extraordinária diversidade de fundos de uma biblioteca patrimonial, em todas as vertentes consideradas.

Conceber exposições passa primeiro que tudo pelo conhecimento aprofundado das colecções e terá que procurar encontrar um reflexo imediato no público visado.

É essencial que a biblioteca conheça as diferentes categorias de públicos que a ela podem acorrer para melhor satisfazer as suas necessidades ou expectativas e simultaneamente surpreendê-los com a descoberta de mundos e conhecimentos ignorados.

Com essa finalidade e trabalhando a partir da memória com vista ao futuro, procurarão conciliar-se as grandes exposições de prestígio (sobre um autor, um tema, uma efeméride) com apresentações de menor dimensão visando públicos específicos a quem se pretende maravilhar e conquistar.

A dimensão pedagógica não poderá ser alheia a estas actividades, em especial quando se pretende trabalhar com ou atrair as instituições escolares e universitárias.

Contudo essa vocação pedagógica deverá igualmente estar presente nas práticas de atendimento, orientação e familiarização do público com o funcionamento da biblioteca, procurando dar a

conhecer a organização dos serviços e das colecções e ensinando os leitores a recorrer aos instrumentos de pesquisa bibliográfica (ou aos motores de busca) disponíveis, incentivando-os à investigação e à descoberta de inesperados tesouros do saber.

Enfim, outro aspecto fundamental da política cultural das bibliotecas patrimoniais incidirá na actividade editorial que, mercê das potencialidades dos novos suportes, hoje em dia se apresenta com um âmbito muito mais alargado.

Continuarão a editar-se as publicações tradicionais: inventários, catálogos e bibliografias, reproduções facsimiladas, catálogos de exposições, cartazes, postais e marcadores, etc. Mas a estes há que acrescentar os novos suportes, os cdrom's, os produtos audiovisuais e os documentos em linha.

Com a digitalização e a possibilidade do acesso à distância, a difusão dos produtos da biblioteca torna-se mais exequível e votada a um maior sucesso num mundo crescentemente globalizado.

Convém contudo não esquecer que a biblioteca virtual, se por um lado é uma arma eficaz para a preservação e transmissão de muitos documentos, por outro pode ser um obstáculo para a afirmação da dimensão física deste equipamento, cuja vertente convivencial, como espaço de encontro e de partilha, nunca deverá ser esquecida.

Por outro lado, se as exposições também se tornarem virtuais, como por vezes já acontece, o número de visitantes e utilizadores até poderá diminuir, com reflexos negativos no próprio turismo cultural e na obtenção de receitas que algumas das actividades das bibliotecas incentivam.

Todos estes aspectos que aponteï implicam igualmente a necessidade de cooperação, do trabalho em rede, que permita, em conjunto, a análise serena dos problemas existentes, a partilha de recursos, a busca de soluções novas que possibilitem a superação de muitos dos obstáculos que diariamente temos que enfrentar.

Na situação de crise em que o país hoje vive não se afigura fácil o desenvolvimento, em condições dignas, de bibliotecas como as de Braga e Évora ou outras que não refiro, por não ter dados concretos sobre os problemas com que se debatem.

É certo que a história mostra que, desde a sua fundação, estas bibliotecas passaram por transe dolorosos, sofreram incompreensíveis vicissitudes, enfrentaram a ignorância, a insensibilidade, mesmo a tacanhez de diversos poderes, viveram períodos de grande incerteza e indefinição.

Não obstante sempre conseguiram sobreviver e acredito que não será agora que irão soçobrar, dar-se por vencidas. Os bibliotecários pelo menos não costumam desistir, porque estão cientes da importância das instituições em que trabalham e acreditam no seu futuro.

Porém, para o garantir, além da necessidade imperiosa de salvaguardar, de preservar e restaurar o seu património, terão que saber dar vida e visibilidade às colecções, seduzir e conquistar públicos, atrair o mecenato, afirmar o seu papel insubstituível na conservação da memória e na construção e transmissão do conhecimento.

Precisam igualmente do apoio e incentivo das comunidades de que fazem parte integrante, ciosas da afirmação da sua identidade cultural, orgulhosas da dimensão simbólica das suas bibliotecas e da importante e por vezes insubstituível parcela da nossa memória colectiva que encerram.

São missões que exigem meios humanos e financeiros, empenhamento das tutelas, competência técnica, capacidade de inovação e certamente muita imaginação e criatividade.

Assim daremos razão às palavras de Cenáculo que me serviram de mote:

“Para se conseguir a sabedoria nada há de tão útil e de maior necessidade que uma Biblioteca Pública”.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS - *Inquérito sobre o estado de conservação do património arquivístico e bibliográfico em Portugal*. Lisboa : BAD, 1999

ASSUNÇÃO, Tomás Lino da - *Memória da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Públicos*. V. N. Famalicão : Museu Bernardino Machado, 2004

CABRAL, Luís; **MEIRELES**, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Lisboa : Inapa, 1998

CABRAL, Maria Luísa – *Amanhã é sempre longe demais*. Lisboa : Gabinete de Estudos a & b, 2002

CABRAL, Maria Luísa – “Da campanha Salve um livro” in PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Campanha salve um livro II*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2004, p. 9–13

CABRAL, Maria Luísa – “A reformatação numa encruzilhada de alternativas”. *Páginas a & b*, Lisboa, 2004, 14, p. 77–93

DAVID, Celestino Froes; **RODRIGUES**, Marcial – *Pela Biblioteca Pública de Évora : defesa de uma instituição cultural*. Évora : Grupo Pró-Évora, 2001

DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos da sociologia da cultura : livros e leitores do séc. XIX*. Lisboa : Instituto Português do Ensino à Distância, 1985

ESPANCA, Túlio – “Subsídios para a história da Biblioteca Pública de Évora”. *A cidade de Évora*, 1981–1982, 63–64, p. 193–267

“Estatutos da Biblioteca de Leitura Pública de Braga”. *Diário da República*, Lisboa, 20 Ago. 2004, 2ª série, 196, p. 1234–1236

ESTEVEENS, Manuel Santos – *Sinopse cronológica de legislação portuguesa sobre bibliotecas e arquivos (1796–1948)*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1949

FEIO, Alberto – “A Biblioteca Pública de Braga : notas históricas”. *Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*. Braga, 1920, 1, p. 5–76

MELO, Daniel – *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926–1987)*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2004

NUNES, Henrique Barreto – *Crónica dos 150 anos da Biblioteca Pública de Braga*. Braga : Biblioteca Pública, 1991

NUNES, Henrique Barreto – *Da biblioteca ao leitor*. Braga : Autores de Braga, 1996

ODDOS, Jean-Paul (dir.) – *Le patrimoine : histoire, pratiques et perspectives*. Paris : Cercle de la Librairie, 1997

PEREIRA, Gabriel – *Estudos eborenses : Biblioteca Pública*. Évora : Minerva Eborense, 1898

PEYRE, Yves – “Bibliothèques et valorisation du patrimoine” in *Valorisation et médiatisation du patrimoine écrit : un enjeu pour l'Europe*. Annecy : Agence Rhône-Alpes pour le Livre et la Documentation, 1992, p. 21–32

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – “Decreto-lei nº 74/82 [Depósito legal]”. *Diário da República*, Lisboa, 3 Mar. 1982, 1^a série, 51, p. 476–478

REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da leitura pública : as bibliotecas populares (1870–1910)*. Porto : Campo das Letras, 2002

VAZ, Francisco António Lourenço – *A fundação da Biblioteca Pública de Évora*. Disponível em http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/FVaz.pdf